 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
53202648749	2062			


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

 DFN2234651424

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR

BRASILIA
Local

6 Dezembro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da ____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

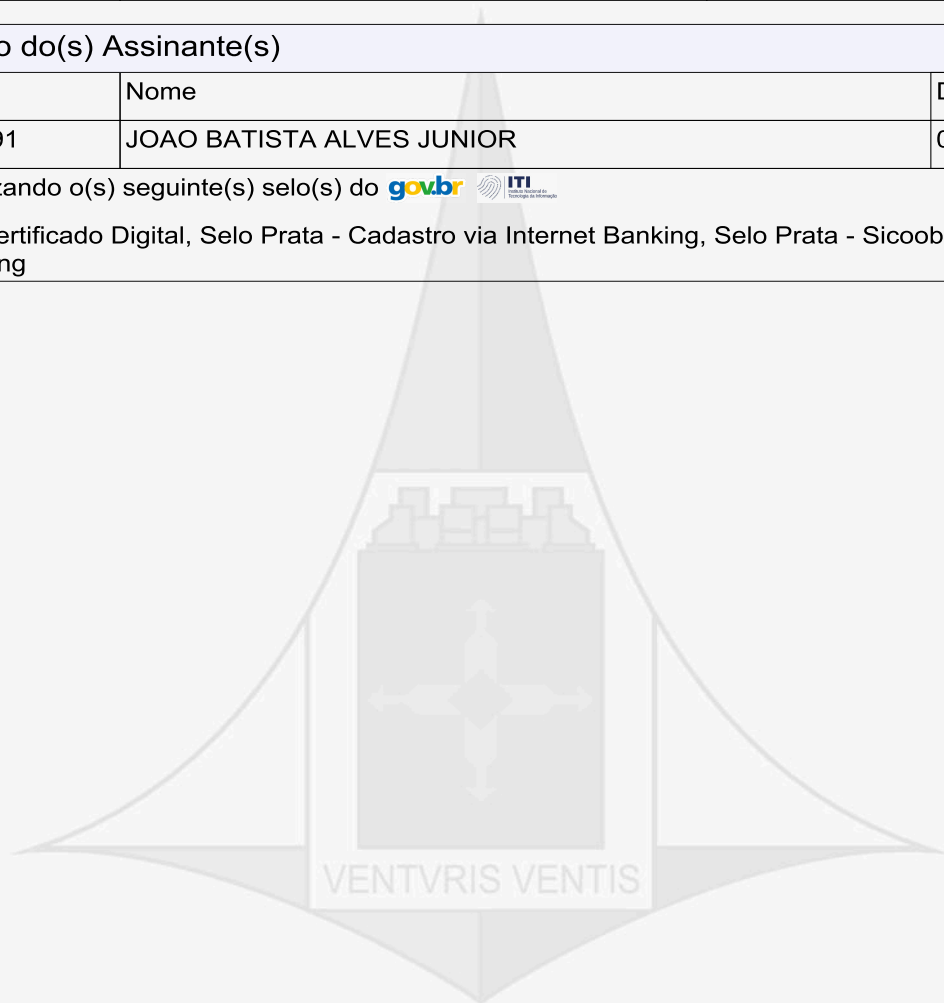
Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/137.477-9	DFN2234651424	21/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
372.800.581-91	JOAO BATISTA ALVES JUNIOR	06/12/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Sicoob - Internet Banking



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1937104 em 06/12/2022 da Empresa J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46148186000121 e protocolo DFN2234651424 - 25/11/2022. Autenticação: BD4B5CE25AF2A8F65EB4B626DD21937F1F86E74. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/137.477-9 e o código de segurança Z0G8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

1ª Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada

J. K. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ de n. 46148186000121

NIRE n. 53202648749

- I- DA CESSÃO DE COTAS
- II- DA ADMINISTRAÇÃO
- III- DA EXCLUSÃO E INCLUSÕES DE OUTRAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL;
- IV- INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

1. **JOAO BATISTA ALVES JUNIOR**, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, divorciado, nº do CPF 372.800.581-91, documento de identidade 1050833, SSP, DF, com domicílio / residência QUADRA 02 CONJUNTO 5 CASA 19, CONDOMINIO KALYANDRA, Bairro Setor Habitacional Vicente Pires – Trecho 1, município BRASILIA - DISTRITO FEDERAL, CEP 72.005-198;

Único sócio da sociedade empresária limitada **J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. . **46148186000121**, registrada na Junta Comercial do Estado do Distrito Federal sob o n. NIRE **53202648749**, com sede no setor SCS QUADRA 06 BLOCO A, nº 110, bairro ASA SUL, sala 515, Edif: Arnaldo Villares, município de Brasília/DF, CEP.: 70.324-900, resolve alterar o presente Contrato Social conforme a seguir:

1 – DA CESSÃO DE COTAS SOCIAIS:

O sócio **JOAO BATISTA ALVES JUNIOR**, já qualificado, cede e transfere, neste ato, 75.000 (Setenta e cinco mil) cotas sociais ao sócio ora admitido Sr. **EURIBERTO DE ARAÚJO SANTANA**, nacionalidade BRASILEIRA, CIRURGIAO DENTISTA, Divorciado, nº do CPF 603.409.911-00, documento de identidade 1456919, SSP, DF, com domicílio / residência a SIG CJ B LT 02/04 casa, bairro / distrito TAGUATINGA NORTE, município BRASILIA - DISTRITO FEDERAL, CEP 72.153-502; pelo valor justo e acertado de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), pelo que dá ampla, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais a reclamar seja a que titulo for.

2 – DO CAPITAL SOCIAL :

O Capital social da sociedade empresária limitada é de **R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)**, dividido em 150.000 (Cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente do país, pelos sócios, da seguinte forma:

Sócio- cotista	Nº de cotas	Valor (R\$)
Joao Batista Alves Junior	75.000	R\$75.000,00
Euriberto de Araújo Santana	75.000	R\$ 75.000,00
TOTAL	150.000	R\$ 150.000,00



3 – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade limitada caberá (ão) ao (s) sócio (s) **JOAO BATISTA ALVES JUNIOR e EURIBERTO DE ARAUJO SANTANA**, já qualificado (s), pelo prazo indeterminado, pelo prazo indeterminado, que poderá (ão) praticar, em conjunto ou separadamente, todos os atos inerentes à administração da sociedade limitada, especialmente:

- a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitindo cheques e ordens de pagamento e de crédito, autorizando saques, depósitos e retiradas;
- b) admitir, remunerar, licenciar e dispensar colaboradores;
- c) representar a sociedade limitada unipessoal junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, aduana, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, sindicatos, associações de classe, bancos públicos e privados, inclusive Banco do Brasil S/A e demais bancos e instituições financeiras públicos e privados, sociedade de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, Embratel, Empresas de Sistema Telebrás, e demais pessoas jurídicas ou físicas em geral, ainda que não expressamente enunciadas, inclusive INSS e Empresa de Correio e Telégrafos;
- d) emitir, endossar e descontar títulos de créditos;
- e) firmar contratos de serviços e fornecimentos;
- f) nomear dirigentes contratados para diversos departamentos da sociedade e nomear procurador/advogado com poderes amplos e gerais, irrevogáveis, a fim de representar a sociedade limitada unipessoal em Juízo ou fora dele, em qualquer grau de jurisdição, propor ações, desistir, transigir, firmar compromissos, assinar termos, discordar, concordar, substabelecer com ou sem reservas, levantar alvará judicial, valendo-se ainda das Cláusulas “ad judicium”, “extra”, “insolidum” – se funcionar como outro(s) procurador(es) – bem como de todos os poderes do Artigo 105 do Código de Processo Civil;
- g) representar ativa e passivamente na via judicial e extrajudicial;
- h) firmar contratos, aceitando condições de empréstimos e financiamento de qualquer natureza;
- i) adquirir, alienar, vender ou onerar com cláusula de garantia real bens móveis e imóveis para e da sociedade, firmando os instrumentos necessários;
- j) assinar escritura pública (compra e venda, doação em pagamento, cessão, instituição de hipoteca e alienação fiduciária), contratos de compra e venda com seus respectivos aditivos e distratos, de promessa de compra e venda com seus respectivos aditivos e distratos, transmitir e receber direitos, ação, posse e domínio,
- k) prestar fiança, aval, hipoteca, alienação fiduciária e outras garantias reais e pessoais, podendo inclusive ofertar bens móveis e imóveis em garantia para qualquer espécie de operação envolvendo ou não a sociedade limitada unipessoal.

Parágrafo Primeiro: O (s) administrador (es) da sociedade limitada deverá (ão) ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

Parágrafo Segundo: Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.



Parágrafo Terceiro: O(s) administrador (es) poderá (ão) fazer-se substituir no exercício de suas funções, nos limites dos seus poderes, por meio de constituição de mandatários para a sociedade empresária, cujos poderes, atos e operações que poderá o mandatário praticar deverão estar especificados no mandato.

Parágrafo Quarto: O(s) administrador (es) poderá (ão) usar a razão social da sociedade limitada em negócios estranhos aos fins sociais, seja em favor de terceiros ou de si mesmo.

Parágrafo Quinto: O (s) administrador (es) declara (m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido (s) de exercer (em) a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, ao acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Sexto: O (s) administrador (es) será (ão) remunerado (s) com uma importância fixa mensal, a título de pró-labore a ser estabelecida em termo apartado.

4 - As cotas sociais, bem como os seus frutos estão sendo gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade vitalícias. Em razão da cláusula de impenhorabilidade aqui avençada, não pode as mesmas serem objeto de constrição judicial ou extrajudicial, respeitando as disposições da Cláusula Oitava.

5- O credor particular do sócio (sócio devedor) pode, na insuficiência de outros bens do mesmo, fazer recair a execução sobre o que ao sócio devedor couber nos lucros da sociedade limitada unipessoal, desde que haja decisão em conformidade com o presente Contrato Social de distribuição de lucros entre os sócios. Se a sociedade limitada unipessoal não estiver dissolvida ou em fase de liquidação, não pode o credor particular do sócio requerer a liquidação da cota social do sócio devedor. Estando a sociedade limitada unipessoal dissolvida ou em liquidação, o credor poderá requerer que a penhora recaia sobre os possíveis haveres do sócio devedor.

6- A responsabilidade dos sócios são restritas ao valor de suas cotas sociais, respondendo pela integralização do capital social.

7 - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da sociedade limitada.

8 - O exercício social da sociedade limitada terá início no primeiro dia do mês de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, cabendo ao administrador, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, promover o levantamento do balanço patrimonial, bem como demonstrar os resultados prescritos em Lei.

9 - Os prejuízos apurados em balancetes mensais, trimestrais ou em balanço anual poderão ser distribuídos ao sócio, mensalmente, trimestralmente ou anualmente.



10 - Os lucros apurados em balancetes mensais, trimestrais ou em balanço anual poderão ser distribuídos ao sócio, mensalmente, trimestralmente ou anualmente, de forma desproporcional à participação de cada sócio na sociedade.

11 - Pode o (s) sócio (s) optar (em) em utilizar os lucros apurados pela sociedade limitada para estabelecer aumento do capital social, promover a compensação dos prejuízos com as reservas de lucros existentes ou com os lucros de exercícios futuros e pela manutenção do lucro na conta de reserva de lucros.

12 - A sociedade limitada poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

13 - Respeitado as disposições previstas neste Contrato Social a sociedade limitada não será dissolvida nos casos de morte, falência, incapacidade superveniente ou retirada de sócio.

14 - Ocorrendo a incapacidade superveniente do sócio, este será representado por curador judicialmente nomeado.

15 - Caso o sócio casado ou em união estável venha a se separar/divorciar/dissolver, implicando a separação/divórcio/dissolução em partilha das cotas sociais de sócio, não poderá o cônjuge ou o companheiro ingressar na condição de sócio da sociedade empresária, mas tão somente assentir-lhe o direito de concorrer à divisão periódica de lucros, até que se liquide a cota da sociedade empresária que lhes cabe, através de um balanço patrimonial especialmente levantado à data da apuração, sendo que os valores serão repassados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

16 - A sociedade limitada entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou neste contrato, na forma prevista neste contrato e, subsidiariamente, ao disposto nos artigos 1.102 à 1.112 do Código Civil.

17 - Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade limitada, figurará como liquidante da mesma o administrador, observadas as normas legais pertinentes, ou quem este indicar. Nesta hipótese, os haveres da sociedade empresária serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, serão repassados aos sócios.

18 - A sociedade limitada poderá adquirir participação em outras sociedades empresárias.

19 - A sociedade limitada não constituirá Conselho Fiscal.

20 - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente Contrato Social e suas alterações serão supridas ou resolvidas, naquilo em que não colidir com este instrumento, com base nas normas atinentes às sociedades limitadas inseridas na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas posteriores modificações, bem como pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

21 - Exclui as demais cláusulas que não foram afetadas expressamente por esta Alteração do Contrato Social.



22 - Em face das alterações realizadas, os sócios resolvem consolidar o presente Contrato Social, que passa a vigorar com a numeração e redação abaixo..

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

Objetivando incorporar as alterações promovidas através deste instrumento, os sócios, de comum acordo, resolvem consolidar as cláusulas contratuais, modificando as atingidas, reformulando e renumerando as aqui avençadas.

1ª Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada

JOAO BATISTA ALVES JUNIOR, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESARIO, Divorciado, nº do CPF 372.800.581-91, documento de identidade 1050833, SSP, DF, com domicílio / residência a CONJUNTO QE 32 CONJUNTO D, número 18, bairro GUARA II, município BRASILIA - DISTRITO FEDERAL, CEP 71.065-041;

EURIBERTO DE ARAÚJO SANTANA, nacionalidade BRASILEIRA, CIRURGIAO DENTISTA, Divorciado, nº do CPF 603.409.911-00, documento de identidade 1456919, SSP, DF, com domicílio / residência a SIG CJ B LT 02/04 casa, bairro / distrito TAGUATINGA, município BRASILIA - DISTRITO FEDERAL, CEP 72.153-502

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, conforme as cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART.997, II, DO CC)

Cláusula Primeira: A sociedade adota o nome empresarial de **J. K. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, e nome fantasia **JK COMERCIO E SERVICOS**, sendo regida pelo presente contrato Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

DA SEDE

Cláusula Segunda: A sociedade tem sua sede no seguinte endereço: **SETOR SCS QUADRA 06 BLOCO A, nº 110, bairro ASA SUL, sala 515, Edif: ARNALDO VILLARES**, município de Brasília/DF, CEP.: **70.324-900**.

DO OBJETO SOCIAL

Clausula Terceira: O objeto social da sociedade empresária limitada é o **COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, ELETRICA, HIDRAULICA, ALVENARIA, FERRAMENTAS, SERRALHERIA, ACESSORIOS E PRE - MOLDADOS. COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO DE PECAS PARA AUTOMOVEIS DE TODAS AS CATEGORIAS, INCLUSIVE VEICULOS BLINDADOS MILITARES. COMERCIO E SERVICOS DE AR - CONDICIONADO, CONDESADORES E AQUECEDORES. COMERCIO E SERVICOS DE PAINES FOTOVOLTAICOS, COMERCIO DE MATERIAIS DESCARTAVEIS E USO CONTINUO, FARMACEUTICO. COMERCIO DE MATERIAIS DE PAPELARIA. COMERCIO E INSTALACAO DE MOVEIS DE QUALQUER NATUREZA. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA DE**



QUALQUER NATURESA, INCLUINDO SOFTWARES. COMERCIO DE ALIMENTOS DE TODAS AS CATEGORIAS. COMERCIO DE MATERIAS DE LIMPEZA. PRESTACAO DE SERVICOS NA AREA DA CONSTRUCAO CIVIL, REFORMAS, PINTURAS, ELETRICA E HIDRAULICA. SERVICOS DE CONSULTORIA E PROJETOS. PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES (ART.53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

Cláusula Terceira: A sociedade limitada unipessoal iniciou suas atividades em 25/04/2022 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART.997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

Cláusula Quinta: O Capital social da sociedade empresária limitada é de **R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)**, dividido em 150.000 (Cento e cinquenta mil) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente do país, pelos sócios, da seguinte forma:

Sócio- cotista	Nº de cotas	Valor (R\$)
Joao Batista Alves Junior	75.000	R\$75.000,00
Euriberto de Araújo Santana	75.000	R\$ 75.000,00
TOTAL	150.000	R\$ 150.000,00

Cláusula Sexta: A administração da sociedade limitada caberá (ão) ao (s) sócio (s) **JOAO BATISTA ALVES JUNIOR e EURIBERTO DE ARAUJO SANTANA**, já qualificado (s), pelo prazo indeterminado, que poderá (ão) praticar, em conjunto ou separadamente, todos os atos inerentes à administração da sociedade limitada unipessoal, especialmente:

- abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitindo cheques e ordens de pagamento e de crédito, autorizando saques, depósitos e retiradas;
- admitir, remunerar, licenciar e dispensar colaboradores;
- representar a sociedade limitada unipessoal junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, aduana, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, sindicatos, associações de classe, bancos públicos e privados, inclusive Banco do Brasil S/A e demais bancos e instituições financeiras públicos e privados, sociedade de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, Embratel, Empresas de Sistema Telebrás, e demais pessoas jurídicas ou físicas em geral, ainda que não expressamente enunciadas, inclusive INSS e Empresa de Correio e Telégrafos;
- emitir, endossar e descontar títulos de créditos;
- firmar contratos de serviços e fornecimentos;
- nomear dirigentes contratados para diversos departamentos da sociedade e nomear procurador/advogado com poderes amplos e gerais, irrevogáveis, a fim de representar a sociedade limitada unipessoal em Juízo ou fora dele, em qualquer grau de jurisdição, propor ações, desistir, transigir, firmar compromissos, assinar termos, discordar, concordar, substabelecer com ou sem reservas, levantar alvará judicial, valendo-se ainda das Cláusulas “ad judicium”, “extra”, “insolidum” – se funcionar como outro(s) procurador(es) – bem como de todos os poderes do Artigo 105 do Código de Processo Civil;



- g) representar ativa e passivamente na via judicial e extrajudicial;
- h) firmar contratos, aceitando condições de empréstimos e financiamento de qualquer natureza;
- i) adquirir, alienar, vender ou onerar com cláusula de garantia real bens móveis e imóveis para e da sociedade, firmando os instrumentos necessários;
- j) assinar escritura pública (compra e venda, dação em pagamento, cessão, instituição de hipoteca e alienação fiduciária), contratos de compra e venda com seus respectivos aditivos e distratos, de promessa de compra e venda com seus respectivos aditivos e distratos, transmitir e receber direitos, ação, posse e domínio,
- k) prestar fiança, aval, hipoteca, alienação fiduciária e outras garantias reais e pessoais, podendo inclusive ofertar bens móveis e imóveis em garantia para qualquer espécie de operação envolvendo ou não a sociedade limitada unipessoal.

Parágrafo Primeiro: O (s) administrador (es) da sociedade limitada unipessoal deverá (ão) ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

Parágrafo Segundo: Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo Terceiro: O (s) administrador (es) poderá (ã) fazer-se substituir no exercício de suas funções, nos limites dos seus poderes, por meio de constituição de mandatários para a sociedade empresária, cujos poderes, atos e operações que poderá o mandatário praticar deverão estar especificados no mandato.

Parágrafo Quarto: O(s) administrador (es) poderá (ão) usar a razão social da sociedade limitada em negócios estranhos aos fins sociais, seja em favor de terceiros ou de si mesmo.

Parágrafo Quinto: O (s) administrador (es) declara (m), sob as penas da lei, de que não está (ão) impedido (s) de exercer (em) a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, ao acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Sexto: O (s) administrador (es) será (ão) remunerado (s) com uma importância fixa mensal, a título de pró-labore a ser estabelecida em termo apartado.

Cláusula Sétima: As cotas sociais, bem como os seus frutos estão sendo gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade vitalícias. Em razão da cláusula de impenhorabilidade aqui avençada, não pode as mesmas serem objeto de constrição judicial ou extrajudicial, respeitando as disposições da Cláusula Oitava.



Cláusula Oitava: O credor particular do sócio (sócio devedor) pode, na insuficiência de outros bens do mesmo, fazer recair a execução sobre o que ao sócio devedor couber nos lucros da sociedade limitada unipessoal, desde que haja decisão em conformidade com o presente Contrato Social de distribuição de lucros entre os sócios. Se a sociedade limitada unipessoal não estiver dissolvida ou em fase de liquidação, não pode o credor particular do sócio requerer a liquidação da cota social do sócio devedor. Estando a sociedade limitada unipessoal dissolvida ou em liquidação, o credor poderá requerer que a penhora recaia sobre os possíveis haveres do sócio devedor.

Cláusula Nona: A responsabilidade dos sócios são restritas ao valor de suas cotas sociais, respondendo pela integralização do capital social.

Cláusula Décima: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da sociedade limitada l.

Cláusula Décima Primeira: O exercício social da sociedade limitada terá início no primeiro dia do mês de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, cabendo ao administrador, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, promover o levantamento do balanço patrimonial, bem como demonstrar os resultados prescritos em Lei.

Cláusula Décima Segunda: Os prejuízos apurados em balancetes mensais, trimestrais ou em balanço anual poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação no capital social de cada sócio, mensalmente, trimestralmente ou anualmente.

Cláusula Décima Terceira: Os lucros apurados em balancetes mensais, trimestrais ou em balanço anual poderão ser distribuídos ao sócio, mensalmente, trimestralmente ou anualmente, de forma desproporcional à participação de cada sócio na sociedade.

Cláusula Décima Quarta: Pode o sócio optar em utilizar os lucros apurados pela sociedade limitada para estabelecer aumento do capital social, promover a compensação dos prejuízos com as reservas de lucros existentes ou com os lucros de exercícios futuros e pela manutenção do lucro na conta de reserva de lucros.

Cláusula Décima Quinta: A sociedade limitada poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Sexta: Respeitado as disposições previstas neste Contrato Social a sociedade limitada unipessoal não será dissolvida nos casos de morte, falência, incapacidade superveniente ou retirada de sócio.

Cláusula Décima Sétima: Ocorrendo a incapacidade superveniente do sócio, este será representado por curador judicialmente nomeado.

Cláusula Décima Oitava: Caso o sócio casado ou em união estável venha a se separar/divorciar/dissolver, implicando a separação/divórcio/dissolução em partilha das cotas sociais de sócio, não poderá o cônjuge ou o companheiro ingressar na condição de sócio da sociedade empresária, mas tão somente assentir-lhe o direito de concorrer à divisão periódica de lucros, até que se liquide a cota da sociedade empresária que lhes cabe, através de um



balanço patrimonial especialmente levantado à data da apuração, sendo que os valores serão repassados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

Cláusula Décima Nona: A sociedade limitada entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou neste contrato, na forma prevista neste contrato e, subsidiariamente, ao disposto nos artigos 1.102 à 1.112 do Código Civil.

Cláusula Vigésima: Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade limitada, figurará como liquidante da mesma o administrador, observadas as normas legais pertinentes, ou quem este indicar. Nesta hipótese, os haveres da sociedade empresária serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, serão repassados aos sócios.

Cláusula Vigésima Primeira: A sociedade limitada poderá adquirir participação em outras sociedades empresárias.

Cláusula Vigésima Segunda: A sociedade limitada não constituirá Conselho Fiscal.

Cláusula Vigésima Terceira: Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa- ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no parágrafo 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

Cláusula Vigésima Quarta: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente Contrato Social e suas alterações serão supridas ou resolvidas, naquilo em que não colidir com este instrumento, com base nas normas atinentes às sociedades limitadas inseridas na Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas posteriores modificações, bem como pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Cláusula Vigésima Quinta: Fica eleito o foro de **BRASILIA/DF** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, estando os sócios justos e contratados, assinam digitalmente este instrumento em 01 (uma) via para que produza os seus efeitos legais.

Brasília/DF, 21 de novembro de 2022.

JOAO BATISTA ALVES JUNIOR

EURIBERTO DE ARAUJO SANTANA





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/137.477-9	DFN2234651424	21/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
603.409.911-00	EURIBERTO DE ARAUJO SANTANA	06/12/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

372.800.581-91	JOAO BATISTA ALVES JUNIOR	06/12/2022
----------------	---------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Sicoob - Internet Banking



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1937104 em 06/12/2022 da Empresa J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46148186000121 e protocolo DFN2234651424 - 25/11/2022. Autenticação: BD4B5CE25AF2A8F65EB4B626DD21937F1F86E74. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/137.477-9 e o código de segurança Z0G8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA, de CNPJ 46.148.186/0001-21 e protocolado sob o número 22/137.477-9 em 25/11/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1937104, em 06/12/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador THAIS RODRIGUES CRUZ.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
372.800.581-91	JOAO BATISTA ALVES JUNIOR	06/12/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Sicoob - Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
603.409.911-00	EURIBERTO DE ARAUJO SANTANA	06/12/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Balcão Denatran, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
372.800.581-91	JOAO BATISTA ALVES JUNIOR	06/12/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Sicoob - Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 21/11/2022



Documento assinado eletronicamente por THAIS RODRIGUES CRUZ, Servidor(a) Público(a), em 06/12/2022, às 10:26.

VENTVRIS VENTIS



A autencidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 22/137.477-9.

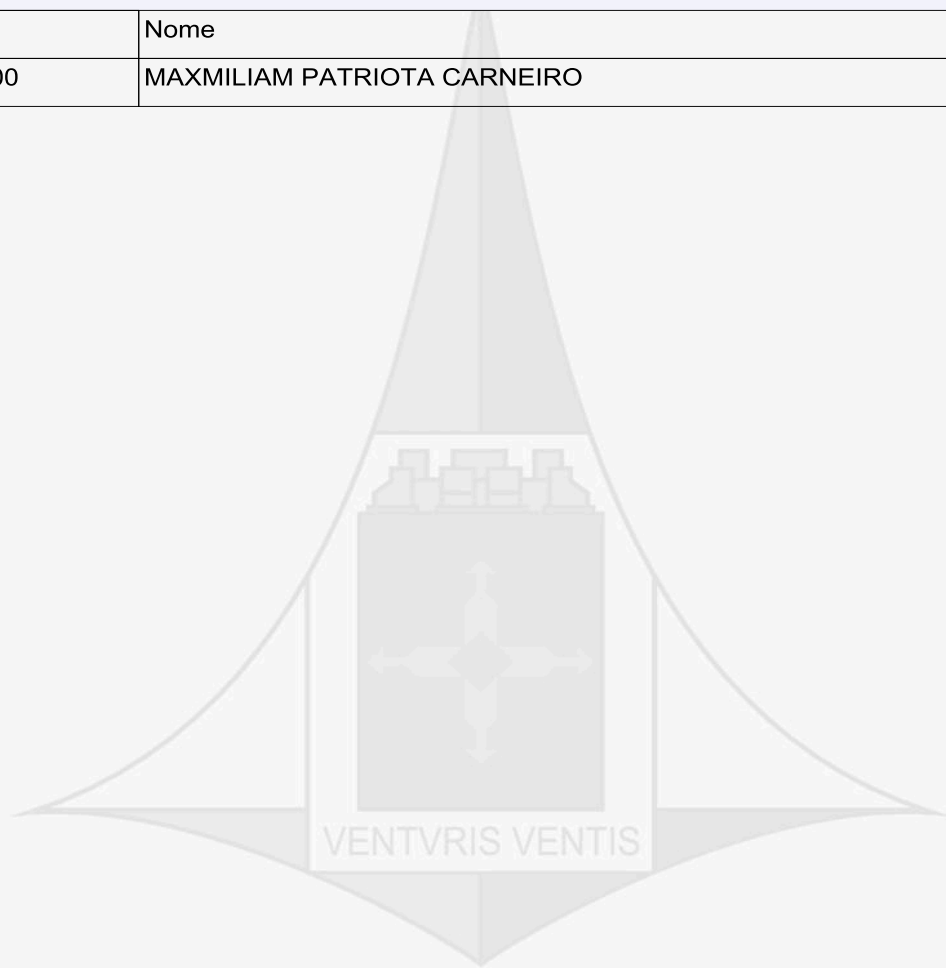


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília, terça-feira, 06 de dezembro de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1937104 em 06/12/2022 da Empresa J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 46148186000121 e protocolo DFN2234651424 - 25/11/2022. Autenticação: BD4B5CE25AF2A8F65EB4B626DD21937F1F86E74. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 22/137.477-9 e o código de segurança Z0G8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.